

# *As práticas de inumação na antiga Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição (Seixal)*

NATHALIE ANTUNES-FERREIRA; MARIA MULIZE FERREIRA\*

## **Introdução**

A Era-Arqueologia Lda. realizou, sob adjudicação da Câmara Municipal do Seixal, a intervenção arqueológica no n.º 2 da R. 1.º de Dezembro, local da antiga Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição, na vila do Seixal, durante o ano de 1999<sup>1</sup>. A limpeza e a decapagem dos depósitos superficiais na área interna deste imóvel conduziram à descoberta de numerosas sepulturas contendo restos humanos esqueletizados.

Uma elevada percentagem de esqueletos encontrava-se remexida, tanto devido às obras decorridas nos anos 40 do século XX, naquele edifício, como pelo modo como este espaço foi utilizado. Diversas situações foram assim observadas: esqueletos articulados, esqueletos

parcialmente articulados e restos ósseos completamente desarticulados e fora da sua posição de inumação original.

Desconhece-se qual o número total de esqueletos presente nesta necrópole, visto que a escavação não contemplou todo o espaço do edifício. Alguns dos enterramentos não escavados foram eventualmente destruídos pelas obras que o edifício sofreu posteriormente à intervenção arqueológica<sup>2</sup>.

\*ERA-Arqueologia, Lda., Cç. da Picheleira, 46 E, 1900-372 Lisboa.

<sup>1</sup> Apresentam-se aqui unicamente algumas das conclusões preliminares desta intervenção, já que a Câmara Municipal do Seixal promove actualmente outros estudos acerca do sítio, nomeadamente o estudo antropológico e de materiais arqueológicos (este último também adjudicado à Era-Arqueologia), que permitirá à autarquia a edição de uma monografia sobre o n.º 2 da R. 1.º de Dezembro.

<sup>2</sup> Obras essas que não tiveram acompanhamento arqueológico, feitas praticamente à revelia dos técnicos do EcoMuseu Municipal do Seixal, já que estes não foram ouvidos nas soluções encontradas para as novas fundações do edifício.

-134.185 +  
84.758.80

N.C.



-134.185 +  
84.758.80

-134.185 +  
84.758.80

Figura 1  
Planta geral do n.º 2 da R. 1.º de Dezembro  
1/50

O presente artigo pretende examinar os rituais e práticas de inumação que se verificaram no espaço em questão, com o intuito de compreender o sentimento da morte e a religiosidade dos Seixalenses da 2.ª metade do século XVIII a meados do século XIX, período em que presumivelmente cessaram os enterramentos na Ermida de N. Sr.ª da Conceição.

A análise do modo de inumação do corpo e da organização do espaço sepulcral pode contribuir para o conhecimento do mundo dos mortos,

designadamente dos rituais e das práticas funerárias. É imprescindível registar-se durante os trabalhos de escavação, para além da estrutura do espaço funerário, todos os aspectos relativos aos enterramentos dos indivíduos, desde o modo como foram depositados, ao tipo de sepultura, à orientação do corpo em relação ao edifício, ao local escolhido para a sepultura, às potenciais diferenças no tratamento entre indivíduos e às transformações das práticas mortuárias ao longo de uma determinada sequência estratigráfica. O coligir destes dados

permite conhecer os cuidados que os vivos dispensaram ao seu defunto, permitindo relevantes ilações sobre a sociedade, o que constitui um dos objectivos da Antropologia Funerária.

O estudo antropobiológico<sup>3</sup>, ainda por concluir, fornecerá um contributo relevante para a compreensão dos aspectos biológicos, sociais, religiosos, económicos e culturais desta comunidade.

<sup>3</sup> A ser realizado pela Bioanthropos para a Câmara Municipal do Seixal.

**O PRESENTE ARTIGO PRETENDE EXAMINAR OS RITUAIS E PRÁTICAS DE INUMÇÃO QUE SE VERIFICARAM NO ESPAÇO EM QUESTÃO, COM O INTUITO DE COMPREENDER O SENTIMENTO DA MORTE E A RELIGIOSIDADE DOS SEIXALENSES DA 2.ª METADE DO SÉCULO XVIII A MEADOS DO SÉCULO XIX**

## A Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição

A intervenção arqueológica no n.º 2 da R. 1.º de Dezembro no Seixal permitiu, em conjunto com a documentação disponível sobre este sítio, reconstituir a história da Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição.

A primeira inumação registada neste espaço (Sepultura 9) foi considerada anterior à fundação da Ermida, ou seja, anterior ao séc. XVI. Nas areias da praia foi aberta uma vala onde se inumou o corpo de uma mulher. Estava depositada sobre as costas com o crânio para a esquerda, com o braço direito colocado sobre o tórax (ausência do esquerdo). Os membros inferiores encontravam-se semiflectidos à direita. A orientação do corpo é NE-SW com o crânio na extremidade NE. Junto ao esqueleto foram encontrados três fragmentos de cerâmica e sobre o úmero esquerdo detectou-se um objecto em cobre. Foi coberta por uma camada de argamassa.

Como os contextos que reflectem a primeira fase de edificação da Ermida não possuem nenhum elemento intrínseco de datação, continua válida a atribuição da construção deste espaço sagrado aos inícios do século XVI, “(...) que é tradição certa ter sido erecta pelo Rey Senhor Dom Manoell, para nella ouvirem Missa os officiais, e Mestrança da primeira da Nais (sic) que foi neste lugar”, como escreve o cura Manoel Simões de Cotrella, primeiro pároco da freguesia do Seixal, em 5 de Abril de 1758 (in Guinote, 1993: 46).

A referência mais antiga que se conhece acerca da supramencionada Ermida é a de Frei Agostinho de Santa Maria: “Dizem algus que esta Ermida terá duzentos annos de existencia & assim começaria a sua edificação pelos annos de 1500. Pouco mais, ou menos” (Santa Maria, 1703-1723: 452).

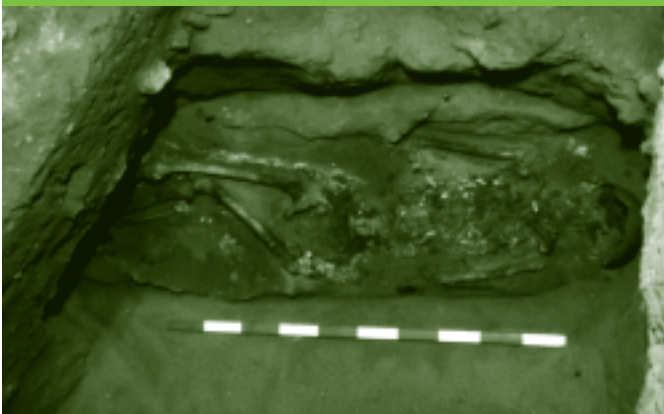
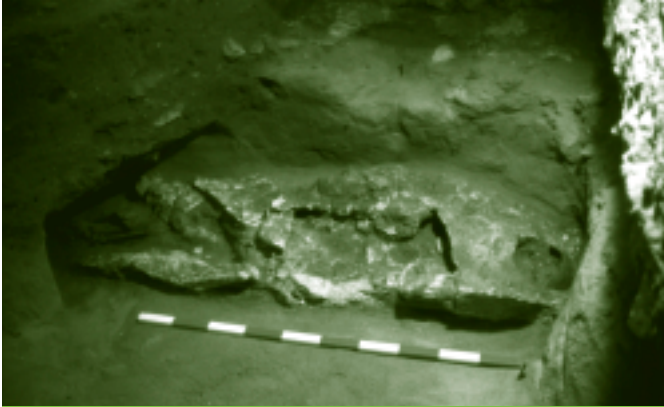


Figura 2  
Estrutura da Sepultura 9

Figura 3  
Indivíduo (u.e. 211) da Sepultura 9

### A PRIMEIRA INUMAÇÃO REGISTADA NESTE ESPAÇO (SEPULTURA 9) FOI CONSIDERADA ANTERIOR À FUNDAÇÃO DA ERMIDA, OU SEJA, ANTERIOR AO SÉC. XVI

Com base nestas fontes, assumimos que, por volta do ano 1500, é fundada a Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição, sobre a praia, pois a “(...) paróquia está situada no meio do lugar junto à borda da água (...)” (Guinote, 1993: 46).

“A Ermida he de bastante architectura, grande, & espaçosa para poder accômodar a todo aquelle povo do lugar, que constará de cem visinhos pouco, mais ou menos. Esta decentissimamemte adornada: tem coro sobre a porta principal, pulpito á parte da Epistola, & Sacristia com bastantes, & ricos ornamentos. O tecto he de madeyra apaynelado (...) O corpo da Ermida he azulejado.” (Santa Maria, 1703-1723: 452).

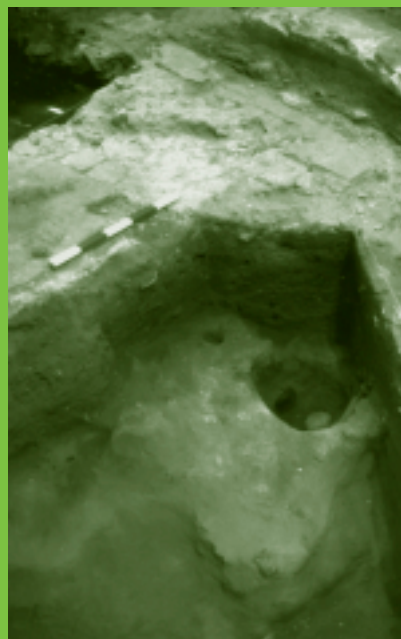


Figura 4  
Vala 12. Possível local de implantação da peanha

Da Ermida descrita por Frei Agostinho de Santa Maria foram identificados os Muros 1, 2, 3 e 4 e os Pilares 1 e 2.

Este Muros definem quatro Compartimentos. Os Compartimentos 4, 3, 2 encontram-se alinhados, de Nordeste para Sudoeste, a Sudeste do Muro 1, enquanto que o Compartimento 1 se encontra a Noroeste do mesmo muro. O Muro 1 serve assim de parede Sudeste do Compartimento 1, o Muro 3 de parede Noroeste e o Muro 4 de parede Sudoeste. Não foi identificado o limite Nordeste deste Compartimento.

O Compartimento 4 é separado do Compartimento 3 pelo Muro 2 e o Compartimento 3 é dividido do Compartimento 2 pela estrutura que assentaria nos Pilares 1 e 2. Não foi identificada a parede Sudeste destes compartimentos, nem a parede Nordeste do Compartimento 4 ou a parede Sudoeste do Compartimento 2.

Ou seja, parte do edifício encontra-se fora do actual n.º 2 da R. 1.º de Dezembro.

A área escavada apresenta, portanto, um planta em L. Esta planta adequa-se à descrição de Frei Agostinho de Santa Maria, se considerarmos que a orientação da Ermida neste período não é diferente da que os enterramentos posteriores parecem indicar. Todos os enterramentos *in situ* encontram-se orientados com a cabeça a Nordeste e os pés a Sudoeste, o que significa que o altar deveria estar a Sudoeste, ou seja, na extremidade do Compartimento 2. O facto de a Sepultura 9, que será anterior a este período, apresentar a mesma orientação reforça esta hipótese.

O altar e o retábulo mencionados por Frei Agostinho de Santa Maria encontrar-se-iam no extremo Sudoeste do compartimento 2. A imagem da N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição “está collocada em hum nicho aberto no meyo do retabolo, sobre hua peanha de talha dourada, como he também o retabolo (...)” (Santa Maria, 1703-1723: 452). A peanha que sustentava aquela imagem poderia estar implantada numa vala identificada no pavimento original do Compartimento 2.

Assim, os Compartimentos 2 e 3 formam o corpo da Igreja, “de bastante architectura”. Os Pilares 1 e 2 serão então o suporte do coro que estaria sobre a porta principal. E o Compartimento 4 seria o nartex. A porta principal encontrar-se-ia na extremidade Nordeste do Compartimento 4, ou seja, por baixo da actual Praça da República. O Compartimento 1 seria então a sacristia, cuja porta daria para o altar.

A colocação do altar no extremo Sudoeste do corpo da Igreja contraria os cânones da orientação das igrejas cristãs, assim como a orientação das sepulturas. Nas sepulturas construídas no interior

da Ermida isto explica-se porque estariam orientadas para o altar, ou seja, a orientação da Ermida condiciona a orientação das sepulturas. No entanto, no caso da Sepultura 9, a sua orientação não se pode explicar pela orientação da Ermida.

Os Compartimentos 1 e 2 receberam várias pavimentações entre o séc. XIV e a segunda metade do séc. XVIII, altura em que o edifício é completamente reformulado. Durante este período é construída a actual Igreja Matriz, cuja licença é dada em 29 de Março de 1726 pelo 1.º Patriarca D. Tomás d'Almeida e a primeira pedra é lançada em Abril desse ano (Leal, 1880: 79), e em 1734 o Seixal é finalmente elevado a freguesia.

A reformulação do edifício é posterior ao terramoto. Segundo Pinho Leal, depois do terramoto, os habitantes da Vila “tratando de reedificar a primitiva Ermida (por ser obra de menos despesa) andaram com tanta solicitude que, com a despesa de 851\$765 reis a concluíram, a ponto de já ali se fazerem os officios da Semana Santa em 1756.” (Leal, 1880: 79)

A reconstrução da Ermida depois do terramoto resultou na diminuição da área desta. O Muro 5 limita agora o Compartimento 2, que, a partir deste momento, está fora do espaço religioso, assim como o Compartimento 1. Os Pilares 1 e 2 são destruídos e o Compartimento 3 abarca a antiga área do Compartimento 2 a Nordeste do Muro 5. O Muro 2 torna-se na parede exterior a Nordeste da Ermida e a porta principal é aí aberta. O Compartimento 4 fica também fora do espaço religioso. Ou seja, com a reconstrução da Ermida, o espaço desta reduz-se ao Compartimento 3.

Os Compartimentos 1 e 2 continuam ligados pela porta do Muro 1, mas com utilizações diferentes. O Compartimento 1 será provavelmente uma cozinha que serviria o

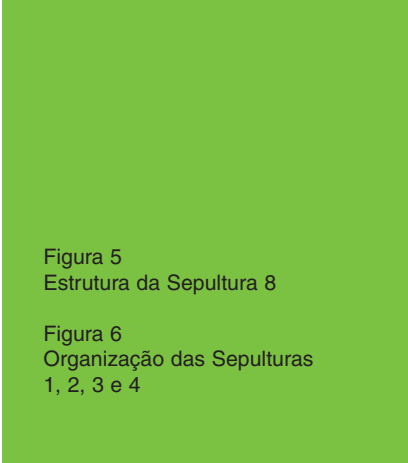


Figura 5  
Estrutura da Sepultura 8

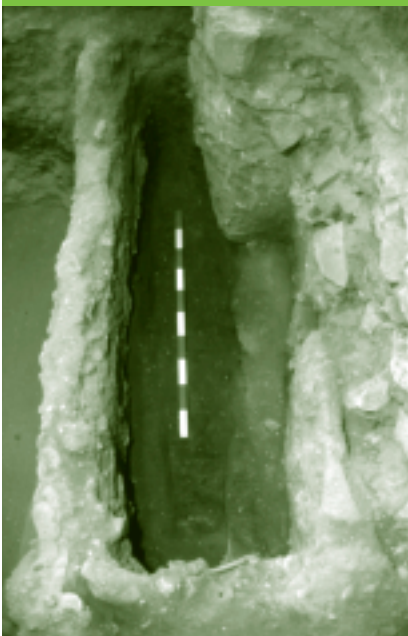


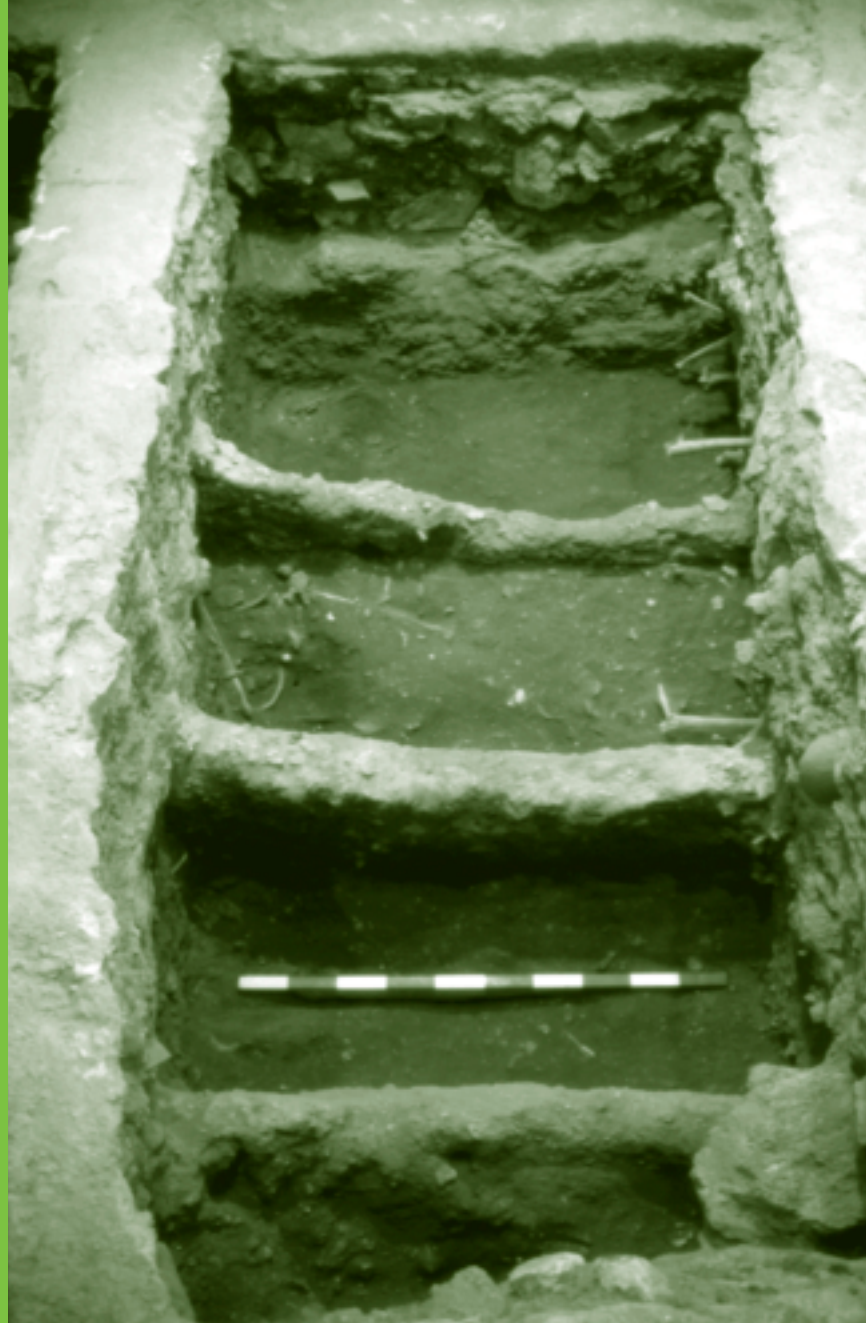
Figura 6  
Organização das Sepulturas  
1, 2, 3 e 4

### OS ENTERRAMENTOS FORAM FEITOS SUCESSIVAMENTE NO MESMO ESPAÇO

Compartimento 2, cujos pavimentos são ladrilhados, sendo portanto uma zona mais nobre, provavelmente uma sala.

Mais tarde, em data anterior a 1833, a relação entre os Compartimentos 1 e 2 é alterada. A porta de circulação entre os dois fica mais pequena e o Compartimento 1 recebe agora um pavimento de melhor qualidade, ladrilhado. As funções do Compartimento 1 alteram-se portanto. A cozinha é desactivada.

O Compartimento 3 é, entretanto, usado como necrópole. Este espaço é dividido em sepulturas que apresentam ritmos de utilização diferentes, o que indica que esta necrópole não é utilizada uniformemente pelos paroquianos, mas que cada sepultura tem a sua própria história.



Estas sepulturas são definidas por valas abertas nas areias, separadas umas das outras por paredes de areia com poucos centímetros de espessura, que alargam do topo para a base. As valas apresentam em geral formas sub-retangulares, com os cantos arredondados. Encontram-se dispostas lado a lado, com orientação NE-SW, formando fileiras que ocupam todo o espaço do Compartimento 3, conforme foi definido depois da remodelação da Ermida.

Os enterramentos foram feitos sucessivamente no mesmo espaço. Cada novo enterramento implicou a abertura de uma vala que destruiu parcial ou completamente o enterramento anterior.

### ESTAS SEPULTURAS SÃO DEFINIDAS POR VALAS ABERTAS NAS AREIAS, SEPARADAS UMAS DAS OUTRAS POR PAREDES DE AREIA

Estão representados indivíduos de todas as classes etárias e de ambos os sexos, observando-se um grande número de crianças muito jovens (de salientar uma importante percentagem de indivíduos com menos de um ano de idade).

Identificou-se a pavimentação do Compartimento 3, o que indica a desactivação da necrópole. A desactivação da necrópole no interior da Ermida deve ser contemporânea à construção do primeiro cemitério



Figura 7  
Sepultura 7.  
Indivíduo depositado na  
sepultura em decúbitus  
supino, com as pernas  
estendidas e as mãos sobre  
o peito. Orientação NE-SW

Figura 8  
Esqueleto infantil (u.e. 149)  
inumado na última fase  
de utilização da necrópole

público do Seixal, em 1833  
(Nabais, 1982: 43).

No mesmo período, a porta entre o  
Compartimento 1 e 2, no Muro 1, é  
desactivada e o nível de pavimento do  
Compartimento 2 é levantado. Ou seja,  
estes dois compartimentos, que desde a  
reformulação da Ermida deveriam  
pertencer à mesma habitação, integram  
agora duas habitações diferentes. Os  
compartimentos são abandonados nos  
finais do séc. XIX, início do XX, assim  
como a Ermida. Nos anos 40, todos  
estes compartimentos são destruídos  
para a construção do quartel da GNR.

Na área do Compartimento 2 apenas foi  
identificado um enterramento, o da  
Sepultura 9, que se considerou anterior  
à construção do edifício. O pavimento

**OS INDIVÍDUOS ARTICULADOS  
E PARCIALMENTE ARTICULADOS  
ENCONTRAVAM-SE DE FRENTE  
PARA O ALTAR**

deste compartimento é feito de  
argamassas, ou seja, é permanente. Não  
se construiria um pavimento para  
depois este ser destruído pela abertura  
de sepulturas. Esta constatação é  
explicada por uma das seguintes  
hipóteses. Ou não se fizeram  
enterramentos antes daqueles  
identificados no Compartimento 3, que  
já são posteriores à reformulação da  
Ermida, o que se justificaria por o  
Seixal só se tornar paróquia a partir de  
1734. Nesse caso, os enterros seriam  
feitos na Matriz da paróquia, situada na

Arrentela. De resto, segundo Frei  
Agostinho de Santa Maria, a Ermida era  
apenas servida por um capelão. Ou não  
se fizeram enterramentos nesta zona do  
Compartimento 2 porque aí se  
encontrava o já referido retábulo.

**As inumações na Ermida de N. Sr.ª da  
Conceição**

A análise estratigráfica indicia que  
a antiga Ermida teria funcionado  
como espaço funerário desde a 2.ª  
metade do século XVIII até meados do  
século XIX. Apenas um enterramento, o  
da Sepultura 9, é anterior ao século XVI  
e à fundação do edifício.

A utilização repetida deste espaço como

**UM NÚMERO APRECIÁVEL DE  
ENTERRAMENTOS NESTE ESPAÇO  
FUNERÁRIO CORRESPONDE A  
INUMAÇÕES DE INDIVÍDUOS  
IMATUROS**

necrópole obrigou a uma gestão cuidada  
do mesmo, materializada no  
alinhamento das sepulturas em filas  
sucessivas, na reutilização das mesmas e  
na formação de carneiros (ossários).

As reutilizações de uma mesma  
sepultura resultaram em vários níveis  
de enterramentos, estando os restos  
mortais do indivíduo mais antigo mais  
ou menos remexidos, mas organizados,  
crânios à cabeceira da sepultura e ossos

longos na zona dos pés. Nos ossários foram colocados os ossos (persistindo ainda alguns ossos articulados) provenientes das sepulturas individuais.

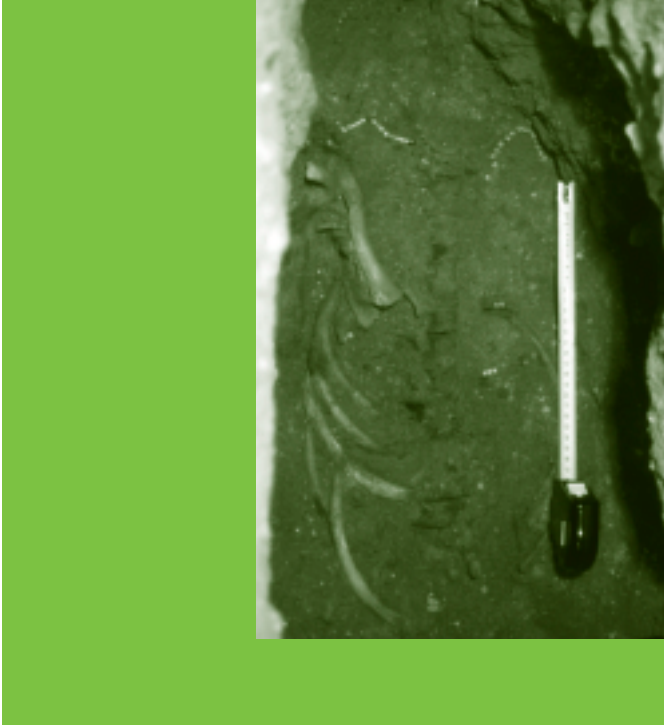
Os indivíduos articulados e parcialmente articulados encontravam-se, geralmente, orientados no sentido NE-SW, com a cabeça na extremidade NE, de frente para o altar. Frequentemente, os braços repousavam sobre o peito com as mãos sobrepostas, a esquerda sobre a direita. Os membros inferiores estavam estendidos ou ligeiramente flectidos. Estes aspectos são observados em todos os indivíduos adultos. No caso das crianças foi possível registar-se algumas inumações que não seguem as posições de inumação supracitadas.

Os vários achados associados às inumações permitiram inferir que os defuntos teriam sido vestidos com indumentária do quotidiano e depois amortalhados. O tecido da mortalha era praguejado com alfinetes em liga de cobre.

No que concerne às inumações de infantis, não se recuperaram restos de fibras têxteis (roupa ou mortalha) apenas alguns alfinetes. Presume-se que o corpo estivesse amortalhado como no caso dos adultos (o tecido deveria comprimir fortemente o corpo dos indivíduos de tenra idade, visto que os seus restos ósseos encontravam-se muito concentrados).

Alguns indivíduos adultos foram depositados em caixão, enquanto os não adultos foram apenas “despejados” nas covas. Sobre a região abdominal dos adultos foi vertida cal, um processo que acelera a decomposição do corpo e utilizado como medida higiénico-sanitária.

Um número apreciável de enterramentos neste espaço funerário corresponde a inumações de indivíduos imaturos, com uma elevada percentagem



### **O RITMO DIFERENCIADO DE UTILIZAÇÃO DAS SEPULTURAS SIGNIFICA QUE GRUPOS DIFERENTES, CADA QUAL COM A SUA PRÓPRIA HISTÓRIA DE MORTALIDADE, UTILIZAM SEPULTURAS DIFERENTES**

de crianças com uma idade igual ou inferior a um ano de vida.

Em todas as inumações analisadas, exceptuando a do indivíduo não adulto da U.E. 198 da Sepultura 5 é demonstrada uma preocupação muito reduzida quanto ao modo de colocação do infantil na cova. A forma como estavam dispostos os seus restos sugere que estes tivessem sido literalmente atirados. Todavia, respeitando-se frequentemente a orientação do corpo no sentido NW-SE.

#### **A utilização da necrópole**

O ritmo diferenciado de utilização das sepulturas significa que grupos diferentes, cada qual com a sua própria história de mortalidade, utilizam sepulturas diferentes. É provável que nestas sepulturas tivessem ocorrido

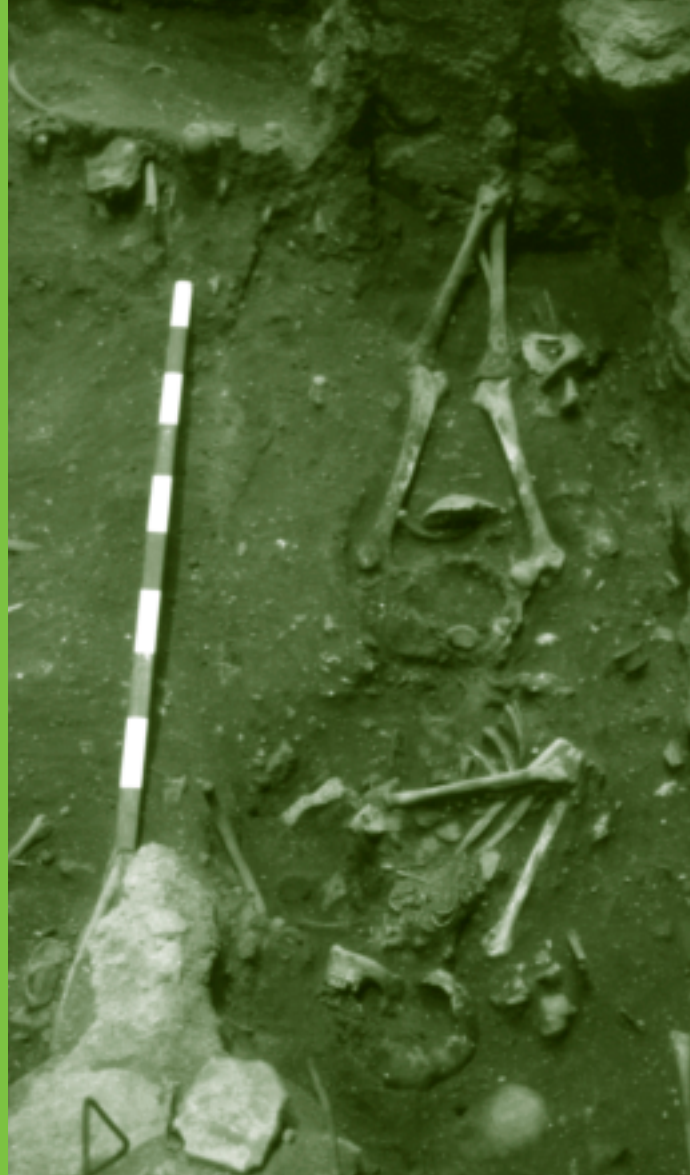


Figura 9  
Rosário de indivíduo (u.e. 319)  
da Sepultura 8

Figura 10  
Sepultura 5. Dois indivíduos  
inunados conjuntamente  
(u.e. 161 e 198)

enterramentos de indivíduos relacionados por laços de parentesco, a família conjugal ou antepassados directos. Os familiares mais próximos que procuravam reencontrar-se no além-túmulo (Ariès, 1988b; 1989; Vilar, 1995). Hipótese que, no entanto, carece de comprovação paleogenética.

A morte é um fenómeno natural e universal que tem a ela associados diferentes rituais, observados em todas as sociedades, e caracterizando-se não só pelo tipo do processo de eliminação do defunto, como também pelos ritos associados a este processo. Tipo e ritos de enterramento destinam-se a evidenciar a posição social do morto e/ou da sua família ou a importância que a família concede ao indivíduo (Bloch, 1989; Genep, 1909; Turner, 1974).

### **O ADULTO ABRAÇADO A UMA CRIANÇA TESTEMUNHA NÃO SÓ A MORTE MAIS OU MENOS SIMULTÂNEA DE AMBOS, COMO UM LAÇO AFECTIVO**

Apesar de comum a toda a humanidade, na morte também se espelha a hierarquia social. Desde a preparação dos últimos momentos à consumação da lembrança do morto pelos vivos<sup>4</sup>, a morte é um conjunto de gestos, de ritos, e de disposições que veiculam uma desigualdade, da qual a hierarquização social do espaço funerário não é mais do que uma das vertentes (Saunders, 1992;

<sup>4</sup> Sobre este conceito, v. Goldey, 1985.



Figura 11  
Sepultura 5. Pormenor dos dois indivíduos inumados conjuntamente (u.e. 161 e 198)

Vilar, 1995). No entanto, a diferença e a afirmação da individualidade passa não apenas pelo local escolhido, mas, também, pelo tipo de sepultura.

Os indivíduos de estatuto socio-económico mais elevado tinham, normalmente, sepultura nas igrejas mais importantes; enquanto que as pessoas de estatuto social inferior eram inumadas em igrejas de menor prestígio e/ou fora delas.

A hierarquização social identificada no espaço sepulcral em estudo observa-se diacronicamente. A utilização da Ermida como necrópole inicia-se no momento em que a Igreja Matriz se encontra inutilizável devido ao terramoto de 1755. A rápida recuperação da Ermida permitiu que, durante as obras da igreja paroquial, a primeira retomasse a sua função de centro de culto do Seixal.

Nas primeiras utilizações da Ermida como espaço funerário observou-se que alguns indivíduos foram inumados em caixão. Recuperou-se, por exemplo, um caixão em caixa de formato rectangular com vestígios de decoração. Um dos

**O "BEM MORRER" NÃO É UM ACTO DESEMPENHADO APENAS PELO INDIVÍDUO, SENDO IMPRESCINDÍVEL A COLABORAÇÃO DE TODA A COMUNIDADE**

indivíduos possuía, à volta do pescoço e entre as mãos, um rosário de contas em osso.

Em ulteriores utilizações, não se registou qualquer indício de existência de caixão e os indivíduos foram inumados com menos preocupações.

Apesar da ausência de dados sobre as inumações realizadas na Igreja Matriz, é verosímil que a situação descrita se tenha verificado devido ao cataclismo ocorrido. Como não era possível inumar na Igreja Matriz e visto que a Ermida foi logo recuperada, os indivíduos de estatuto social mais elevado seriam enterrados preferencialmente na Ermida (primeiras utilizações). Mais tarde, após a reconstrução da Igreja Matriz, voltou-se a enterrar as pessoas mais importantes nesta, relegando os indivíduos de nível socioeconómico

**APÓS A RECONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ VOLTOU-SE A ENTERRAR AS PESSOAS MAIS IMPORTANTES NESTA, RELEGANDO OS INDIVÍDUOS DE NÍVEL SOCIOECONÓMICO MAIS BAIXO (E CRIANÇAS) PARA A ERMIDA.**

mais baixo (e crianças) para a Ermida.

As diferenças significativas que se registaram entre o modo de inumação dos indivíduos adultos e dos infantis (principalmente dos bebés, recém-nascidos, nados-mortos e fetos) são justificadas pelo estatuto e importância social da criança no Antigo Regime.

A elevada taxa de mortalidade infantil tornava a passagem da criança pela família e pela sociedade demasiado breve para que houvesse tempo para a infância se gravar na memória e afectar a sensibilidade (Ariès, 1979; 1988a; 1988b; 1989; Lopes, 1995). Eventualmente alguns pais ficariam consternados com a morte de filhos ainda crianças, mas geralmente não se prestava grande relevância ao sucedido, já que, brevemente, outra criança substituiria aquela, que não chegara a sair do anonimato. A importância social da criança era muito baixa e a sociedade estava preparada para aceitar com naturalidade o seu falecimento. Montaigne (1969) nos seus *Ensaio*s revela os sentimentos da sociedade e da família ante a criança: "(...) *perdi dois ou três filhos na ama, não sem o lamentar, mas sem desgosto (...)*".

Não se concebia que a criança falecida fosse digna de memória, pois havia crianças a mais na família e a sua sobrevivência era problemática. Persistindo durante muito tempo o sentimento de que se faziam muitos filhos para conservar apenas alguns, não sendo possível às pessoas afeiçoarem-se muito "àquilo" que consideravam como um potencial desperdício (Ariès, 1988a).

Esta indiferença pode ser vista como uma consequência inevitável das condições sociais, em que a sociedade permanecia indefesa face às muitas enfermidades hoje controladas. A fraqueza dos organismos (principalmente dos mais jovens e dos mais idosos), a ausência de condições básicas de higiene, a promiscuidade da habitação (sobretudo nos centros urbanos) constituíam factores que facilitavam a eclosão e propagação das doenças infecto-contagiosas. A demografia caracterizava-se por uma mortalidade infantil francamente elevada. Assim que a criança transpunha o período em que a sua sobrevivência era improvável, confundia-se com os adultos (Ariès, 1978; 1988a).

Ausência do sentimento da infância, indiferença prolongada e raridade das alusões às crianças e à sua morte nos diários de família foram uma constante até ao século XIX, persistindo durante mais tempo nas comunidades rurais (Ariès, 1988a).

Para além disso, é de realçar que as crianças sem baptismo eram consideradas como seres espirituais e não como seres humanos, os "Anjinhos", que ao não cumprir o rito do baptismo inseriria na comunidade cristã, "passavam" à margem desta, ou seja da sociedade (Lopes, 1995). Os nados-mortos e os fetos de fim de gestação eram também incluídos nesta categoria, visto que a legislação obrigava à sua inumação, e que, para todos os efeitos, se confundiam com as crianças que pereciam logo após ao nascimento.

Note-se, no entanto, a inumação dupla detectada na Sepultura 5, exumada nos contextos estratigráficos correspondentes às primeiras utilizações das sepulturas, apresentava uma criança sobre o corpo de uma mulher, que a abraçava.

Aqui, o adulto abraçado a uma criança<sup>5</sup> testemunha não só a morte mais ou menos simultânea de ambos, como um laço afectivo, não só entre os dois indivíduos, como destes com quem decidiu enterrá-los juntos.

Esta inumação reflecte uma atitude individualista, na medida em que testemunha afectos, contrastantes com o que se julga serem as práticas sociais e mentais contemporâneas. Provavelmente esta afirmação de individualismo foi permitida pela importância social destes indivíduos, uma vez que a sua inumação se encontra associada à primeira fase de enterramentos.

A Sepultura 9 coloca ainda uma questão pertinente. Se antes da construção da Ermida não existia um espaço sagrado no Seixal, porque é que foi feito um enterramento exactamente neste espaço? E qual a justificação para a Ermida seguir a orientação dessa inumação? Qual o valor deste indivíduo para aquela comunidade para que a sua sepultura condicione o local e orientação do seu primeiro local de culto? Ao contrário da dupla inumação da Sepultura 5, aqui o indivíduo parece espelhar a vivência da comunidade.

### Considerações finais

O Ocidente Cristão considera a morte um acontecimento pontual, de separação absoluta, que afecta apenas a pessoa em questão. A expressão “separação absoluta” contraria a concepção de pessoa observada em outras sociedades, onde os indivíduos não são considerados nem totalmente vivos, nem totalmente mortos. Experimentam momentos em que estão mortos, mas que depois voltam à vida. Ou consideram a morte como uma viagem (alguns povos da Amazónia e.g.), como um período de transição (Gennep, 1909; Turner, 1974).

A celebração de rituais de intercessão pelos defuntos, apanágio das religiões que têm como dogma da sua fé a crença na existência duma vida extraterrena, reflecte a convicção na capacidade dos vivos em intervirem no destino após a morte, obtendo para os seus familiares falecidos a esperança de participarem na Ressurreição final (Vilar, 1995).

O “bem morrer” não é um acto desempenhado apenas pelo indivíduo, sendo imprescindível a colaboração de toda a comunidade. Os familiares que não cumprirem com as obrigações

podem condenar o defunto a uma vida além-túmulo infeliz. Constatámos aqui que a morte é considerada uma etapa para um outro nível, encontrando-se o morto numa fase liminar, de transição para um mundo novo, portanto o rito de passagem é indispensável (Gennep, 1909; Morin, 1970; Turner, 1974).

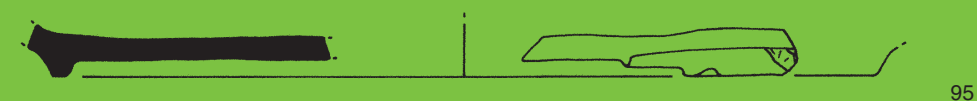
Os rituais associados à morte operam a três níveis diferentes. Para o indivíduo a principal preocupação é a salvação da alma; para este e seus familiares as disposições relativas à herança constituem também uma preocupação; para a comunidade os rituais celebrados favorecem um quotidiano de harmonia (Goldey, 1985).

Essa organização da morte, de forma a proteger o quotidiano, reflecte-se, então, na organização do espaço da necrópole e as alterações desse quotidiano lêem-se no ritmo de utilização das sepulturas.

### Bibliografia e fontes

- Ariès, P. 1978. “L'histoire des mentalités”. *La Nouvelle Histoire*, CEPL, Paris, pp. 402-403.
- Ariès, P. 1988a. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Relógio d'Água, Lisboa.
- Ariès, P. 1988b. *O Homem perante a morte*. Publicações Europa-América, Lisboa (2 volumes).
- Ariès, P. 1989. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Teorema, Lisboa.
- Bloch, M. 1989. “La mort et la conception de personne”. *Terrain*, n.º 20, pp. 15-31.
- Duarte, C.; Toste do Ó, D.; Silva, I. A.; Ferreira, M. M.; Antunes-Ferreira, N.; Braga, P. 1999. *Intervenção arqueológica de emergência na Rua 1.º de Dezembro, n.º 2. Relatório dos trabalhos arqueológicos*. ERA-Arqueologia Lda., Lisboa (Não publicado).
- Gennep, A. 1909. *Les rites de passage*. Flammarion, Paris.
- Goldey, P. 1985. “A Boa Morte: salvação pessoal e identidade comunitária”. In: Feijó, R.; Martins, H.; Pina Cabral, J. (eds.) *A Morte no Portugal Contemporâneo*. Ed. Quercus, Lisboa, pp. 89-109.
- Guinote, P. 1993. *Seixal: uma história de descobertas*. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, D.L., Lisboa.
- Lopes, L. 1995. “Subsídio para o estudo da importância social da criança até ao ano de idade em 1875”. *Garcia de Orta. Série Antropobiológica* 8 (1): 15-18.
- Montaigne, M. 1969. *Essais II*. GF – Flammarion, Paris.
- Morin, E. 1970. *L'Homme et la mort*. Editions du Seuil, Paris.
- Santa Maria, A. 1703-1723. *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*. Livro II, títulos LXV (*Da milagrosa Imagem de Nossa Senhora a Madre de Deus, do lugar de Arrentela*), LXVII (*Da Imagem da milagrosa Senhora de Monte Sião, do lugar da Amora, termo de Almada*) e LXVIII (*Da milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Conceição do lugar do Seixal*). BN – Microfilme F7472.
- Turner, V. 1974. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Ed. Vozes, São Paulo.
- Vilar, H. 1995. *A vivência da Morte no Portugal Medieval: a Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*. Patrimonia Histórica, Redondo.

<sup>5</sup> Ainda não é possível afirmar se se trata de uma mãe abraçada a um filho ou a uma filha.



95



43 U



21B'









99B

38L



74

122

-  Azul cobalto médio
-  Azul cobalto escuro
-  Azul cobalto claro
-  Branco
-  Manganês
-  Verde
-  Amarelo
-  Laranja

# Os materiais datantes da Ermida do Mártir Santo (Vila Franca de Xira)

MARINA PAIVA PINTO & MARIA MULIZE FERREIRA\*

\* ERA-Arqueologia, Lda, Cç. da Picheleira, 46 E, 1900-372 Lisboa

Figura 1  
Achados nºs 5, 18F, 21B', 38L,  
43U, 47J, 74, 95, 99B e 122  
da Ermida do Mártir Santo

Esc. 1/1



18F



47J



5

## 1. Introdução

Apresenta-se seguidamente o estudo cronológico de alguns dos materiais exumados durante as três campanhas de escavação realizadas na Ermida do Mártir Santo, Vila Franca de Xira, durante o ano de 1999 (cf. FERREIRA & MACEDO, 1999a, 1999b e 2000, FERREIRA & RAMOS, 1999). O estudo dos materiais arqueológicos provenientes de escavações tem dois tipos de objectivos. O mais imediato relaciona-se com a compreensão da

formação do sítio arqueológico em si, pois são essenciais para a datação e compreensão das actividades humanas que resultaram na formação da estratigrafia de onde foram recolhidos. O valor desta informação depende, no entanto, dos contextos arqueológicos de proveniência dos materiais, sobretudo na definição dos contextos primários ou secundários de deposição. Um contexto primário de deposição é aquele onde o material ficou logo que deixou de ser usado. Apesar de não ser o contexto de utilização do material, é

aquele que lhe está mais perto e, portanto, possibilita uma melhor informação sobre a forma e o período em que o objecto foi usado. Se for um objecto de cronologia conhecida, pode ajudar a datar o contexto em que foi encontrado. Ou se esse contexto for datado por formas independentes ao objecto, este será datado pelo contexto. Um contexto secundário de deposição significa que o objecto foi removido do seu contexto primário devido a actividades humanas ou naturais, como, por exemplo, a abertura de uma vala, que deslocou um determinado objecto e os depósitos a ele associados, para outro local. Os processos que conduzem à formação dos contextos secundários resultam, muitas vezes, não só do deslocamento de depósitos e materiais como na mistura de contextos primários ou secundários de períodos e formação diferentes. Neste caso, nem sempre é possível identificar as actividades nas quais foram utilizados os objectos. Também não se podem utilizar todos os objectos para datar o contexto em questão e sobretudo não se pode usar o contexto (mesmo que se tenha conseguido datá-lo por outros meios) para datar o objecto. Ora a maioria dos objectos recolhidos

## 2. Moedas

**F**oram exumadas 8 moedas nas intervenções arqueológicas da Ermida do Mártir Santo, Vila Franca de Xira. A maioria é proveniente da u.e. 171, da Fase VIIIa, que forneceu dois ceitis e um dinheiro.

A Fase Xa forneceu dois ceitis, um proveniente da u.e. 88, cujo reinado de emissão não foi possível identificar, uma vez que os elementos tipológicos, embora visíveis, se encontram muito desgastados, e outro recolhido na u.e. 59.

Na fase XI foram exumados dois numismas, um ceitel proveniente da u.e. 82, cujo reinado de emissão não foi possível identificar devido ao desgaste dos elementos tipológicos, e uma moeda de três reais proveniente da u.e. 76. Foi ainda recolhido na u.e. 153, da Fase IIIb, um real preto.

Estas moedas forneceram a seguinte informação:

Fase	UE	Achado nº	Espécie	Reinado	Cronologia
IIIb	153	331	Real Preto	D. Duarte I	1433-1438
VIIIa	171	271	Ceitel	D. Afonso V	1448-1449
		287	Dinheiro	D. Afonso III	1248-1279
		288	Ceitel	D. Afonso V	1457
Xa	59	231	Ceitel	D. Afonso V	1448-1449
		88	254	Ceitel	
XI	76	236	3 Reais	D. Sebastião I	1557-1578
		82	270	Ceitel	

## CONCENTROU-SE A ANÁLISE

### NOS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

### PASSÍVEIS DE FORNECER

### INFORMAÇÃO CRONOLÓGICA,

### QUE PERMITA AFERIR A VALIDADE

### DA SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA

### IDENTIFICADA

na Ermida do Mártir Santo encontravam-se em contextos secundários de deposição que resultaram de sucessivos revolvimentos de terra, devido a fases de remodelação das estruturas arquitectónicas. Portanto, o estudo dos materiais arqueológicos provenientes deste sítio só muito dificilmente forneceria informação directa sobre o seu contexto de utilização.

Concentrou-se a análise nos materiais arqueológicos passíveis de fornecer informação cronológica, que permita aferir a validade da sequência estratigráfica identificada (Ferreira & Macedo, 2000) durante a escavação e a cronologia proposta para esta sequência. Foram, portanto, estudadas as moedas e faianças registadas como achados no decorrer da escavação.

Os ceitis são as moedas predominantes formando cerca de 62% do total da amostra, os restantes 38% encontram-se repartidos por um dinheiro, um real preto e uma moeda de três reais.

A maioria dos ceitis foi cunhada no reinado de D. Afonso V (n.º de achado 231, n.º de achado 271 e n.º de achado 288). É provável que a abundante emissão de ceitis neste reinado esteja relacionada com a expansão portuguesa em África, onde o cobre e o latão, entre outras mercadorias, funcionavam como instrumento de troca (Tavares, 1983: 288).

Quando não foi possível identificar o reinado de emissão dos ceitis (n.º de achado 254 e n.º de achado 270), optou-se por apresentar o período de tempo em que foram cunhados, ou seja entre o reinado de D. Duarte I e de D. Sebastião (1433-1580). As moedas recolhidas apresentam datações que abarcam o período temporal entre meados do século XIII (n.º de achado 287) e meados do século XVI (n.º de achado 236).

## 3. Faianças

**F**oram recolhidos nas intervenções arqueológicas da Ermida do Mártir Santo 217 fragmentos de faiança, sem que, no entanto, nenhum permitisse uma reconstituição completa de recipientes, e os raros que se podem atribuir ao mesmo recipiente não foram encontrados associados espacialmente, embora sejam provenientes da mesma unidade ou tenham sido recolhidos após a limpeza do mesmo Corte, à excepção do fragmento de bojo (n.º de achado 131) proveniente da u.e. 36, e do fragmento de bordo (n.º de achado 15j) recolhido após a limpeza do corte Sudoeste na Área 2, que pertencem provavelmente ao mesmo recipiente. Este facto permite-nos confirmar que os fragmentos de faiança recolhidos estão em contextos secundários de deposição.

A maioria dos fragmentos é proveniente da limpeza dos cortes da Área 2 e só 46% apresentam unidade estratigráfica de proveniência. No quadro, ao lado, apresenta-se a distribuição dos fragmentos em questão, pelos contextos e fases de proveniência em frequências absolutas (F.A.), assim como da sua distribuição por fases em frequências relativas (F.R.). Note-se que na u.e. 6 da Fase XII se concentra a maior percentagem de fragmentos recolhidos com contexto.

Fase	UE	F.A.	F.R.
S/ contexto		119	119
VIIIb	176	5	5
IXa	173	1	1
IXb	26	14	18
	29	2	
	81	1	
	84	1	
Xa	28	7	14
	36	5	
	64	1	
	83	1	
Xb	7	4	11
	12	7	
XI	3	1	3

## AS MOEDAS RECOLHIDAS

### APRESENTAM DATAÇÕES QUE

### ABARCAM O PERÍODO TEMPORAL

### ENTRE MEADOS DO SÉCULO XIII

### (N.º DE ACHADO 287) E MEADOS DO

### SÉCULO XVI (N.º DE ACHADO 236).

## NA U.E. 6 DA FASE XII

### CONCENTRA-SE A MAIOR

### PERCENTAGEM DE FRAGMENTOS

### RECOLHIDOS COM CONTEXTO.

## A MAIORIA DOS FRAGMENTOS DE

### FAIANÇA, PASSÍVEIS DE DATAÇÃO,

### PERTENCEM AO SÉC. XVII.

Fase	UE	Achado n.º	Paralelos	Cronologia
Corte NO		33l	Terrina – Fundação Ricardo Espírito Santo (Pais <i>et alli</i> , 1998: 69-70)	Finais do Século XVIII
		34z		Finais do Século XVIII-1.ª Década do Século XIX.
		39b		
		39d		
		21b'	Prato – Museu Machado de Castro (Stapf, 1997: 26).	Século XVII
		21e'		Finais do Século XVIII-1.ª Década do Século XIX.
		21p'		Século XVII
		21s		Século XVII - XVIII.
	21x		Século XVII	
VIIIb	176	311	Prato – Ateneu Comercial do Porto (Calado <i>et alli</i> , 1997: 25).	1.ª Metade do Século XVII
IXb	26	89		Século XVII
		99b	Prato – Museu Nacional de Cerâmica de Valência (Falcão e Coll Conesa, 1992: Est. VII).	
		99n		
	81	251		
Xa	28	95	Prato – Museu Municipal de Viana do Castelo (Stapf, 1997: 22).	Século XVII
		64	Prato – Ateneu Comercial do Porto (Calado <i>et alli</i> , 1997: 25).	1.ª Metade do Século XVII
Xb	12	74	Prato – Museu Municipal de Viana do Castelo (Stapf, 1997:18).	Século XVII
		79		
XI	99	246	Prato – Ateneu Comercial do Porto (Calado <i>et alli</i> , 1997: 24).	1.ª Metade do Século XVII
XII	6	38l	Prato – Ateneu Comercial do Porto (Calado <i>et alli</i> , 1997: 46).	Séculos XVII-XVIII
		38o	Terrina – Fundação Ricardo Espírito Santo (Pais <i>et alli</i> , 1998 : 69-70).	Finais do Século XVIII
		43u	Prato – Ateneu Comercial do Porto (Calado <i>et alli</i> , 1997: 46).	Século XVII-XVIII
		8	59	

O quadro anterior permite perceber que a maioria dos fragmentos de faiança, passíveis de datação, pertencem ao séc. XVII.

As faianças portuguesas começaram a ser produzidas, segundo fontes documentais, na segunda metade do século XVI (Stapf, 1997: 14). Dos fragmentos recolhidos na Ermida do Mártir Santo, não há nenhum fragmento representativo das produções desta época.

A faiança dos inícios do século XVII está representada na Ermida do Mártir Santo pelos fragmentos com os n.ºs de achado 240, 246 e 311. A produção deste período caracteriza-se por peças pintadas a azul-cobalto sobre esmalte esbranquiçado ou amarelado, revelando por vezes defeitos de porosidade. A temática decorativa revela influências da cultura chinesa. Os pratos e os potes,

as formas mais comuns, revelam um gosto pelos motivos decorativos chineses expressos nas porcelanas, um produto muito procurado atingindo por isso preços elevados, que os oleiros portugueses se esforçaram por imitar, criando um produto exteriormente semelhante à porcelana, mas economicamente mais acessível (Falcão e Coll Conesa, 1992, 53-4).

De fabrico posterior, meados do século XVII- inícios do século XVIII são os exemplares recolhidos com os números de achado 43u, 21s, e 38l. Nesta época começam a aparecer peças com motivos decorativos pintados a azul-cobalto e contornados a manganês, mas ainda é visível na temática decorativa a influência das produções chinesas.

Os exemplares recolhidos na Ermida do Mártir Santo são provavelmente de fabrico coimbrão, uma vez que

apresentam os mesmos padrões decorativos que os exemplares fabricados em Coimbra existentes no Ateneu Comercial do Porto (cf. quadro anterior).

O n.º de achado 21b' proveniente da limpeza do Corte Noroeste é provavelmente um exemplar produzido pela fábrica de Monte Sinai que laborou em Lisboa entre a segunda metade do século XVII e meados do século XVIII. Os exemplares produzidos por esta fábrica caracterizam-se pela pintura a azul-cobalto e pela temática decorativa, onde predominam, nas abas dos pratos, os motivos florais (como é o caso do fragmento exumado na Ermida do Mártir Santo), combinados com diversos motivos Ming.

A faiança setecentista, considerada pelos especialistas como o período de apogeu das produções nacionais,

### OS PARALELOS AQUI ESTABELECIDOS BASEIAM-SE NO PADRÃO DECORATIVO E MATRIZ CROMÁTICA

caracterizada por uma maior criatividade, visível na variedade cromática e temática decorativa, está representada na Ermida do Mártir Santo pelos fragmentos recolhidos na u.e. 6 (n.º de achado 38o), e na limpeza do Corte Noroeste (n.º de achado 33l), cujos padrões decorativos se assemelham a um exemplar da Fundação Ricardo Espírito Santo. E pelos fragmentos com os números de achado 39b, 39d, 34z e 21e', provenientes da limpeza do Corte Noroeste, considerados pelas suas características, produções de Estremoz.

Nesta região produziu-se faianças entre 1770 e 1808. As primeiras produções, a azul-cobalto sobre esmalte

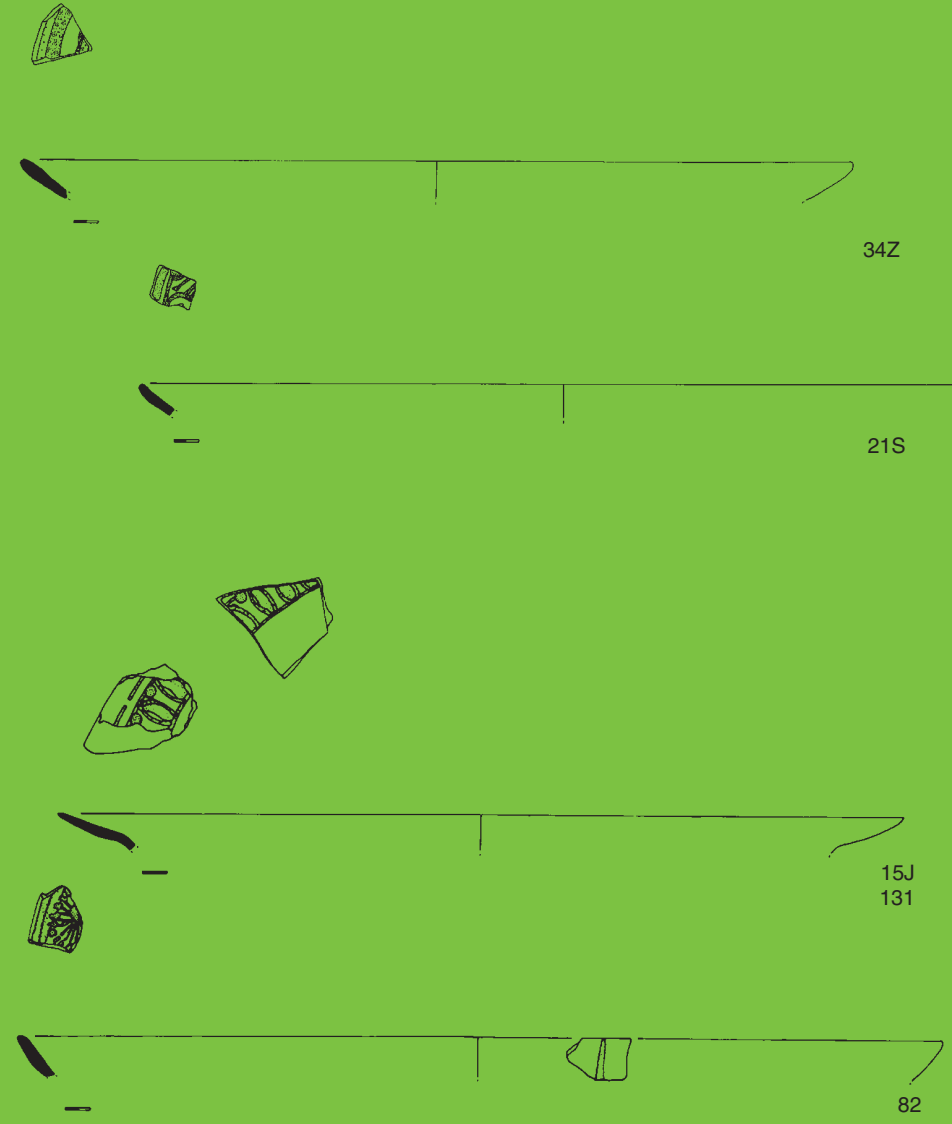


Figura 2  
Achados n.ºs 34Z e 21S da Ermida do Mártir Santo

Figura 3  
Achados n.ºs 15J, 131 e 82 da Ermida do Mártir Santo

Esc 1/3

esbranquiçado, depressa foram substituídas pelas produções com decoração policroma, a violeta, amarelo e verde (o denominado verde-azeitona d'Elvas), cores visíveis nos fragmentos recolhidos na Ermida do Mártir Santo. Outra das características destas faianças é a diversidade da temática decorativa, sendo raro identificar duas peças com elementos decorativos idênticos (Stapf, 1997:72), de onde advém a dificuldade em encontrar paralelos para os fragmentos recolhidos na Ermida do Mártir Santo. Esta dificuldade é acrescida pelo facto de se tratarem de fragmentos pequenos que não pertencem ou não abrangem totalmente a parte central do prato, importante para a definição do grupo temático (decoração floral, rosetas, paisagens, e motivos diversos). Note-se que os exemplares recolhidos que permitiram uma reconstituição da forma são pratos decorativos (cerca de 33 cm de diâmetro), e que uma das características das produções de Estremoz é precisamente o fabrico deste tipo de pratos, tendo-se produzido muito poucos serviços de mesa (Stapf, 1997: 72). É atribuído ao século XIX um fragmento de forma indeterminada (n.º de achado 59), provavelmente produzido pela fábrica de loiça de Sacavém. Trata-se de um fragmento

com uma estampa do conhecido motivo cavalinho, de influência inglesa. Os paralelos aqui estabelecidos baseiam-se no padrão decorativo e matriz cromática. No entanto, não podemos afirmar que se tratam de exemplares iguais, uma vez que as formas, por vezes, variam, e mesmo em exemplares com a mesma forma, os fragmentos recolhidos são demasiado reduzidos para afirmar tal com segurança, pois a temática decorativa varia muito, principalmente no centro dos pratos. Não foi possível identificar locais de fabrico para além dos enumerados, uma vez que não foram recolhidos fragmentos com marca. De resto, o valor desta informação é mínimo, visto que, dos fragmentos a que foi possível atribuir a origem, só três se encontram contextualizados (números de achado 38l, 43u e 59). Assim não é possível perceber qualquer ritmo preferencial de consumo dos produtos das várias fábricas. A identificação das formas foi dificultada pelo tamanho reduzido dos fragmentos, que por vezes pertencem a partes do recipiente que não permitem reconstituição de forma, como é o caso da maioria dos bojos. As formas são maioritariamente abertas, cerca de 64%, os restantes 36% pertencem a fragmentos cuja forma não foi possível

determinar. Os pratos são as formas mais representadas (cerca de 52%), embora também tenham sido exumados fragmentos pertencentes a taças (cerca de 10%) e a tigelas (cerca de 1%). Os pratos são maioritariamente provenientes de Unidades Estratigráficas das Fases IXb, Xa e sobretudo da Fase XII, embora também se encontrem representados em Unidades Estratigráficas das Fases

VIIIb, IXa, Xb e XI. As taças estão representadas na u.e. 176 da Fase VIIIb, na u.e. 81, e na u.e. 26 da Fase IXb e na u.e. 6 da Fase XII. Estão igualmente representadas na u.e. 28 e na u.e. 64 da Fase Xa, na u.e. 7 e na u.e. 12 da Fase Xb e na u.e. 99 da Fase XI. As tigelas encontram-se representadas somente na u.e. 26 da Fase IXb, sendo os restantes exemplares provenientes da limpeza do Corte Sudoeste e do Corte Noroeste.

#### 4. Conclusão: os dados cronológicos

**D**os 225 materiais arqueológicos (217 fragmentos de faiança e 8 moedas) estudados, apenas 14% forneceram alguma informação cronológica. Percentagem que diminui se considerarmos que 4% provêm da limpeza do Corte Noroeste na Área 2, e que por esse motivo não foram considerados.

O quadro seguinte sistematiza a informação cronológica :

FASE	u.e.	CRONOLOGIA	N.º DE ACHADO
IIIb	153	1433-1438	331
VIIIa	171	1457	288
		1448-1449	271
		1248-1279	287
VIIIb	176	1.ª Metade do Século XVII.	311
IXb	26	Século XVII	99n
		Século XVII	99b
		Século XVII	89
	81	Século XVII	251
Xa	28	Século XVII	95
	59	1448-1449	231
	64	1.ª Metade do Século XVII.	240
	88	1433-1580	254
Xb	12	Século XVII	79
		Século XVII	74
XI	76	1557-1578	236
	82	1433-1580	270
	99	1.ª Metade do Século XVII.	246
XII	6	Finais do Século XVIII	38º
		Século XVII-XVIII	38l
		Século XVII-XVIII	43u
	8	Século XIX	59

**A ATRIBUIÇÃO  
CRONOLÓGICA DESTE  
FASEAMENTO  
CENTROU-SE NA FASE  
VIIIa, MOMENTO DE  
CONSTRUÇÃO DAS  
ACTUAIS PAREDES DA  
ERMIDA**

Fase	EU	Forma indeterminada	Prato	Taça	Tigela
S/ contexto		49	63	5	2
VIIIb	176		2	3	
IXa	173		1		
IXb	26	4	7	2	1
	29		2		
	81			1	
	84		1		
Xa	28	1	5	1	
	36	2	3		
	64			1	
	83		1		
Xb	7	2	1	1	
	12	1	4	2	
XI	3		1		
	99			2	
XII	6	18	21	4	
	8	2	1		
Total		79	113	22	3

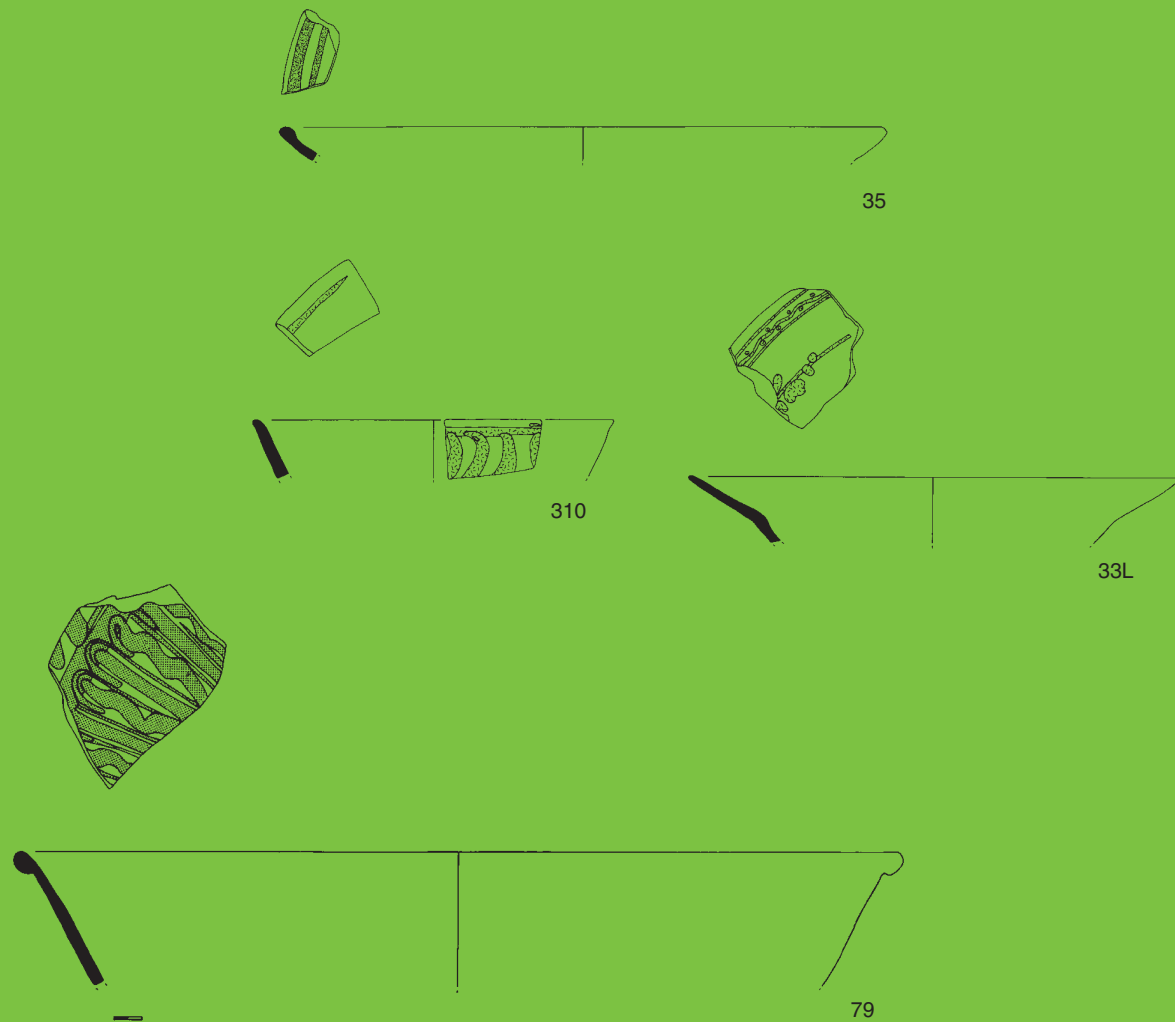


Figura 4  
Achados n.º 35, 310 e 33L  
da Ermida do Mártir Santo

Figura 5  
Achado n.º 79  
da Ermida do Mártir Santo

Figura 6  
Achado n.º 89  
da Ermida do Mártir Santo

Figura 7  
Achado n.º 117  
da Ermida do Mártir Santo

Esc. 1/3



Estes materiais serviram, no entanto, para datar e, em alguns casos, precisar o faseamento que resultou da análise estratigráfica do sítio (Ferreira & Macedo, 2000). A atribuição cronológica deste faseamento centrou-se na Fase VIIIa, momento de construção das actuais paredes da Ermida (*idem*, 78-9 e 85), que foi interpretada como correspondendo à construção da Ermida, referida na documentação e datada de 1576. Os dados cronológicos aqui apresentados permitiram esclarecer melhor a diacronia do sítio, dividida primeiro por aquela data.

A Fase IIIb apresenta uma única datação, que a coloca na 1.ª metade do século XV, o que não só é consentâneo com a atribuição da Fase VIIIa ao último quartel do séc. XVI, como permite afinar a cronologia das Fases III a VII, atribuindo-as ao período que decorre de meados do séc. XV a inícios do séc. XVI.

### A CONSTRUÇÃO ORIGINAL DA ERMIDA, TESTEMUNHADA PELA FASE VI, TERÁ OCORRIDO PROVAVELMENTE NOS FINAIS DO SÉC. XV

Assim, a construção original da Ermida, testemunhada pela Fase VI, terá ocorrido provavelmente nos finais do séc. XV (Ferreira & Macedo, 2000, 77).

Na Fase VIIIa, os materiais recolhidos na u.e. 171 forneceram as únicas datações para esta fase. Não há, no entanto, qualquer coerência entre as datações fornecidas, que se situam entre meados do século XIII e meados do século XV. Este facto permite-nos afirmar que os materiais recolhidos se encontram em contextos secundários de deposição.

A informação cronológica fornecida pelos materiais não é coerente com a interpretação estratigráfica, que coloca

esta fase no século XVI (fase de remodelação da Ermida), o que se explica por a u.e. 171 ter sido formada por sedimentos originários em contextos mais antigos. Note-se que esta fase é caracterizada pela abertura de várias valas, tendo a construção da vala 12, cuja função não foi possível identificar, destruído a u.e. 151, depósito da Fase VI (*idem*, 78-9).

A Fase VIIIb apresenta uma única datação proveniente de um fragmento de faiança atribuído à primeira metade do século XVII, recolhido na u.e. 176. Tendo em consideração que a Fase IXa data de meados do século XVIII (cf. infra), e que a fase anterior é cronologicamente atribuída ao século XVI, como já foi referido, é possível afinar a cronologia desta fase e da Fase VIIIc, colocando-as nos inícios do século XVII. O que faz sentido se tivermos em consideração que na Fase VIIIa se dá o segundo momento de reformulação da Ermida, em 1576, e

### É NA FASE IXa QUE SE DÁ A CONSTRUÇÃO DA ACTUAL SACRISTIA E DO AQUEDUTO QUE ATRAVESSA A ÁREA ESCAVADA, NO SENTIDO NE-SW

que se atribui à Fase VIIIb o momento de utilização deste novo espaço e à Fase VIIIc, um momento de destruição de estruturas que tinham sido erguidas na Fase VIIIa (*idem*, 80).

Os materiais provenientes das fases IXb, Xa, Xb e XI não apresentam cronologias posteriores ao séc. XVII.

Os materiais recolhidos na Fase IXb foram todos atribuídos ao séc. XVII, o que permite considerar esta fase, assim como a Fase IXa, dos meados do séc. XVII, já que a Fase VIIIc foi datada dos inícios do mesmo século.

A Fase Xa apresenta quatro datações, uma das quais não pôde ser utilizada

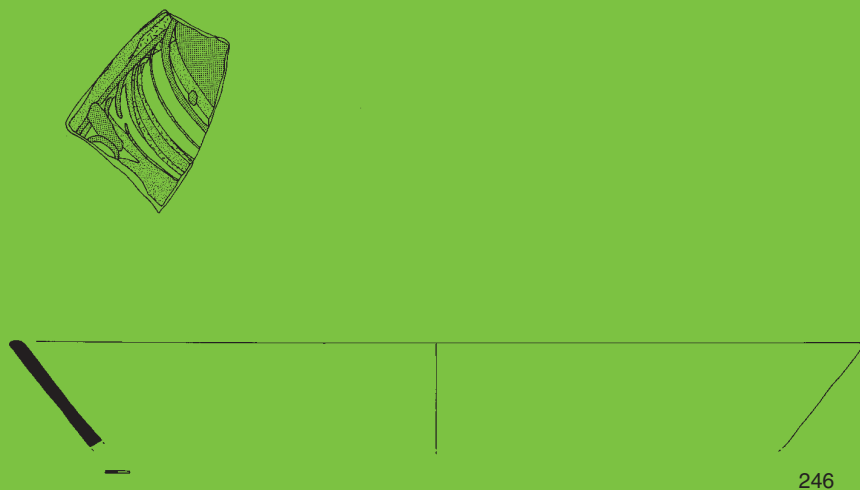


Figura 8  
Achado n.º 246 da Ermida do Mártir Santo

Esc. 1/3

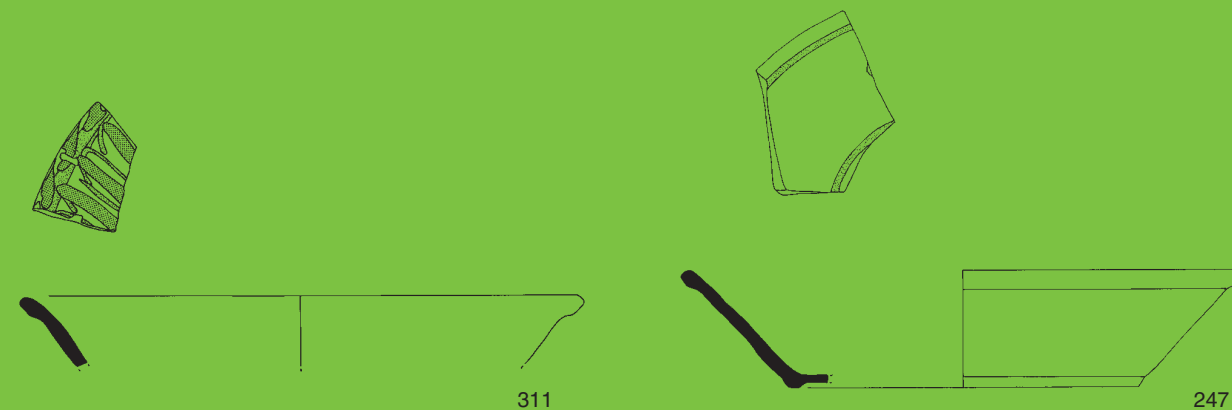


Figura 9  
Achado n.º 247 da Ermida do Mártir Santo

Figura 10  
Achados n.º 311 da Ermida do Mártir Santo

Esc. 1/3

por se tratar da datação de um ceitel cujo reinado não foi identificado, pelo facto de os elementos tipológicos existentes nas faces se encontrarem muito desgastados. Os restantes materiais exumados, resumem-se a uma moeda proveniente da u.e. 59, e a dois fragmentos de faiança, um proveniente da u.e. 28 e outro proveniente da u.e. 64. Estes materiais não oferecem uma coerência cronológica, uma vez que fornecem datações entre meados do século XV e século XVII. Como o achado mais recente foi classificado da 1.ª metade do século XVII, atribuiu-se esta fase ainda ao séc. XVII.

Na Fase Xb também foram recolhidos na u.e. 12, depósito que forma o Pavimento 9, dois fragmentos de faiança datáveis do século XVII.

A Fase XI apresenta três datações, uma das quais não pôde ser utilizada por se tratar da datação de um ceitel cujo reinado não foi identificado. Os restantes materiais exumados resumem-se a uma moeda recolhida na u.e. 76, datada de meados do século XVI, e a um fragmento de faiança recolhido na u.e. 99, datado da primeira metade do século XVII.

Como a u.e. 12 é um pavimento de terra batida, é possível considerar que os materiais aí recolhidos se encontrem em posição secundária de deposição, e assim datar a construção deste pavimento do séc. XVIII, datando assim a Fase Xb. A Fase XI teria também de ser considerada ainda do séc. XVIII, pois os materiais desta fase, claramente em contextos secundários de deposição, também não apresentam cronologias posteriores à 1.ª metade do Séc. XVII.

É na Fase IXa que se dá a construção da actual Sacristia e do Aqueduto que atravessa a área escavada no sentido NE-SW (*idem*, 80). As áreas adjacentes ao Aqueduto são entulhadas na Fase IXb (*idem*, 81-2). As Fases Xa e Xb caracterizam-se pela utilização doméstica do espaço definido pelo Aqueduto, Sacristia e Ermida (*idem*, 82--3). Na Fase XI este espaço perde as suas funções domésticas com a construção de uma escada exterior de acesso ao púlpito da Ermida (*idem*, 81-82).

Na u.e. 6 da Fase XII foram recolhidos dois fragmentos de faiança atribuídos aos séculos XVII-XVIII e um fragmento de faiança dos finais do século XVIII. Na u.e. 8 da mesma fase foi recolhido um fragmento de faiança, provavelmente da fábrica de loiça de

Sacavém, datado do século XIX. Estes materiais encontram-se em contexto secundário de deposição. A Fase XII, de entulho do Aqueduto e Conduta (*idem*, 84) foi então atribuída ao séc. XIX.

O facto de se ter recolhido uma moeda atribuível ao séc. XIII (achado n.º 287), ainda que claramente em contexto secundário de deposição, permite levantar a hipótese de que a ocupação deste sítio possa recuar pelo menos a esta data, ainda que não se possa atribuir a este período nenhum contexto. Os dados disponíveis só permitem afirmar que as Fases I e II serão anteriores ao séc. XV, não sendo possível precisar melhor a sua cronologia.

A interpretação estratigráfica publicada em Ferreira & Macedo, 2000, e os dados cronológicos aqui apresentados permitem caracterizar, ainda que de forma lacunar, a ocupação do espaço ocupado pela Casa da Ermitoia da Ermida do Mártir Santo, Vila Franca de Xira.

Assim, este espaço, é ocupado pelo menos, desde a Idade Média (séc. XIII?) até à actualidade, tendo sido possível identificar 5 fases de ocupação anteriores à fundação da Ermida, que se terá dado nos finais do séc. XV (Fase

### ESTE ESPAÇO É OCUPADO, PELO MENOS, DESDE A IDADE MÉDIA (SÉC. XIII?) ATÉ À ACTUALIDADE

VI). O espaço em questão seria aberto até à Fase Va, e só terá uma utilização doméstica assegurada a partir da Fase Vb. Nos inícios do séc. XVI as estruturas domésticas serão dotadas de um sistema de canalização subterrâneo (Fase VII).

No último quartel do séc. XVI a Ermida é remodelada, assim como o sistema de canalização (Fase VIIIa). Foi identificada nova ocupação doméstica posterior a esta remodelação e atribuída aos inícios do séc. XVII (Fase VIIIb).

Em meados do mesmo século é construída a sacristia e este espaço é agora servido por um aqueduto, sistema hidráulico (Fase IXa), de cariz público. É também identificada uma nova fase de utilização doméstica do espaço (Fase Xa). Seguem-se outras duas fases de ocupação datadas do séc. XVIII (Fases Xb e XI). No séc. XIX o Aqueduto é desactivado (Fase XII). As Fases XIII e XIV (Ferreira & Macedo, 2000, 84-5) foram atribuídas ao séc. X.

